COTAÇÃO
Empresa do Grupo Rendimento

Av. Paulista, 807 - 16º andar
Cep: 01311-100 - São Paulo - SP
Fone: PABX: 3178-8900 - Fax: 3178-8971

Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A

CNPJ nº 17.354.911/0001-10

Ouvidoria: 08007220132

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e da Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Histórico

A Cotação DTVM S/A e Action S/A DTVM, empresas do Grupo Rendimento, presentes no mercado de câmbio turismo desde 1989, com Matrizes em São Paulo, contam, atualmente, com filiais em Campinas, Sorocaba, Indaiatuba, Ribeirão Preto, Guarulhos, Florianópolis, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília, Porto Alegre, Goiânia, Belo Horizonte e Salvador. Realizam operações de compra e venda de papel moeda, *Travelers Cheques* e o cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes.
Através do Banco Rendimento, a Cotação também realiza transferências internacionais e compra de cheque em moeda estrangeira.
A Cotação DTVM foi a primeira empresa do setor a receber o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), fato este comprovado pela constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

Índice da Basileia

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Grupo Rendimento, cujo índice para a data-base de 30 de junho de 2012 é de 14,74%.

Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

As empresas participam da estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos, do Grupo Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional do Grupo Rendimento. Na estrutura de Controles Internos se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.
A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna do Conglomerado Rendimento, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez (Resolução 2.804/00), de Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09.
A gestão de riscos envolve um conjunto integrado de controles e ações internas, visando mitigar possíveis perdas em conformidade com os dispositivos legais e com estrutura própria e independente, segregada das áreas comprometidas com resultados.

Risco Operacional

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, se utilizam da estrutura do Grupo, que em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, implementaram, após aprovação pela Diretoria, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê vinculado diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação.
A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas institucionalizadas através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e objetiva a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

Ouvidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Empresas, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional, implantaram em 2007 suas Ouvidorias, tendo como função ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.
O dispositivo de Ouvidoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e provido de imparcialidade das Empresas com Clientes, "Stakeholders" e com o público em geral.
Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

Risco de Mercado e Liquidez

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado.
A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez se integra à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais, porém possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelas Empresas.
A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelas Empresas. Esta gestão envolve principalmente os riscos das operações sujeitas à variação cambial e de taxas de juros.
O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e aos riscos de mercado e liquidez, em conformidade com políticas internas previamente definidas.

Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

A Cotação DTVM S/A e a Action S/A DTVM contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro.
A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo e se reúne para avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
As políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades competentes, tendo ou não a operação sido realizada. As áreas de negócios e operações das empresas têm autonomia para recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, sendo a proposta de negócio atípica recusada e reportada à alta administração.

Segurança da Informação

A política e as normas corporativas de segurança da informação, das empresas, contemplam a efetiva proteção dos ativos da informação, constituídos pelas bases de dados, pelos ambientes de informática, documentos, arquivos, cópias de segurança de sistemas, acessos controlados aos sistemas, controles de senhas e informações e proteção na geração e tráfego de dados, entre outras ferramentas de gestão em segurança da informação.
Com o objetivo de preservar a total aderência dos controles internos e dos sistemas informatizados, são mantidos programas de treinamento, conscientização e revisões das políticas focadas na absoluta proteção dos dados restritos e de interesse exclusivo de clientes, bem como das informações estratégicas das Organizações. Quanto ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), as Empresas contam com a estrutura do Grupo para assegurar que, em momentos de crise, a recuperação e a continuidade dos processos de negócios sejam efetivas, evitando ou minimizando perdas financeiras.

Auditores Independentes

A Cotação DTVM S/A, em consonância com o teor da Resolução 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernest & Yong Terco Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A administração agradece aos nossos clientes e parceiros do mercado financeiro, pela confiança em nós depositada e o empenho de nossos Colaboradores.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 30 de junho de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2012	2011
Circulante		**18.770**	**20.889**
Disponibilidades	**4 e 5**	**11.866**	**12.827**
Disponibilidades		11.866	12.827
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**6**	**1.639**	**4.502**
Aplicações operações compromissadas		1.639	4.502
Títulos e valores mobiliários	**7**	**-**	**640**
Carteira própria		-	640
Outros créditos	**8**	**4.480**	**2.769**
Diversos		4.480	2.769
Outros valores e bens		**785**	**151**
Despesas antecipadas		785	151
Realizável a longo prazo		**18.514**	**12.898**
Outros créditos	**8**	**17.955**	**12.239**
Diversos		17.955	12.239
Outros valores e bens		**559**	**659**
Despesas antecipadas		559	659
Permanente		**13.218**	**6.198**
Investimentos	**9**	**4.874**	**32**
Participação em controladas e coligadas		4.842	-
Títulos patrimoniais		7	7
Outros investimentos		25	25
Imobilizado de uso	**10**	**7.756**	**5.445**
Imóveis de uso		22	22
Outras imobilizações de uso		13.185	10.252
(-) Depreciações acumuladas		(5.451)	(4.829)
Diferido		**310**	**580**
Gastos em imóveis de terceiros		1.833	2.783
Gastos com logiciais		1	588
(-) Amortização acumulada		(1.524)	(2.791)
Intangível		**278**	**141**
Outros ativos intangíveis		1.001	223
(-) Amortização acumulada		(723)	(82)
Total do ativo		**50.502**	**39.985**

PASSIVO	Notas	2012	2011
Circulante		**15.901**	**16.712**
Outras obrigações		**15.901**	**16.712**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		244	189
Carteira de câmbio	11a	5.265	4.548
Fiscais e previdenciárias	11b	4.064	8.543
Diversas	11c	6.328	3.432
Exigível a longo prazo		**13.679**	**9.344**
Outras obrigações		**13.679**	**9.344**
Fiscais e previdenciárias	11b	13.639	9.344
Provisão para contingências trabalhistas	11c	40	-
Patrimônio líquido		**20.922**	**13.929**
Capital		8.170	8.170
De domiciliados no país	14	8.170	8.170
Reservas de lucros		12.752	3.728
Lucros acumulados		-	2.031
Total do passivo		**50.502**	**39.985**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2012	2011
Receitas da intermediação financeira		**43.448**	**35.482**
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		130	-
Resultado de títulos e valores mobiliários		9	269
Resultado de operações de câmbio		43.309	35.213
Resultado bruto da intermediação financeira		**43.448**	**35.482**
Outras receitas/despesas operacionais		**(37.230)**	**(26.623)**
Receitas de prestação de serviços		260	94
Despesas de pessoal		(18.730)	(13.272)
Resultado de equivalência patrimonial	9	2.154	-
Outras despesas administrativas	15	(18.770)	(10.655)
Despesas tributárias		(2.216)	(1.864)
Outras receitas operacionais		310	-
Outras despesas operacionais		(238)	(926)
Resultado operacional		**6.218**	**8.859**
Resultado não operacional		**(40)**	**11**
Resultado antes da tributação			
Sobre o lucro e participação		**6.178**	**8.870**
Imposto de renda e contribuição social		**(1.593)**	**(3.540)**
Provisão para imposto de renda	12a	(977)	(2.437)
Provisão para contribuição social	12a	(616)	(1.103)
Participações estatutárias no lucro		(50)	(34)
Lucro líquido do semestre		**4.535**	**5.296**
Lucro líquido por ação (em r$)		**3,88**	**4,53**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	1º semestre 2012	1º semestre 2011
Lucro líquido ajustado do semestre	**4.447**	**5.693**
Lucro líquido do semestre	**4.535**	**5.296**
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido	**(88)**	**397**
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.154)	-
Depreciações e amortizações	776	397
Provisão para contingência	2.151	-
Impostos diferidos	(861)	-
Variação de ativos e passivos	**(6.637)**	**2.270**
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	634	(35)
(Aumento) em outros créditos	(983)	(3.540)
(Aumento) em outros valores e bens	(42)	(381)
(Redução) aumento em outras obrigações	(6.246)	6.226
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Caixa líquido (aplicado)/gerado das atividades operacionais.	**(2.190)**	**7.963**
Dividendos recebidos	2.375	-
Alienação de imobilizado de uso	-	70
Aquisição de imobilizado de uso	(1.690)	(3.583)
Aplicações no intangível	(2)	(30)
Caixa líquido gerado/(aplicado) em atividades de investimentos	**683**	**(3.543)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(500)	(3.000)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(500)**	**(3.000)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(2.007)**	**1.420**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	15.512	15.909
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	13.505	17.329
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(2.007)**	**1.420**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**8.000**	**170**	**1.681**	**1.782**	**-**	**11.633**
Aumento de capital	170	(170)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	5.296	5.296
Destinação de reservas	-	-	-	265	(265)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Saldos em 30 de junho de 2011	**8.170**	**-**	**1.681**	**2.047**	**2.031**	**13.929**
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**8.170**	**-**	**2.318**	**6.399**	**-**	**16.887**
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.535	4.535
Destinação de reservas	-	-	-	4.035	(4.035)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 30 de junho de 2012	**8.170**	**-**	**2.318**	**10.434**	**-**	**20.922**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.
2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.
3. Sumário das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa**: Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários**: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira foram classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários foram classificados na categoria "Títulos para negociação" e registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Em 30 de junho de 2012 e 2011, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **e) Operações de câmbio**: As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. **f) Imobilizado, diferido e intangível**: Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por benfeitorias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)**: O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/semestre, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social**: As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 no exercício (R$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: *Contingências ativas* - Não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. *Contingências passivas* - São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. *Obrigações legais* - Fiscais e previdenciárias - Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Disponibilidades (Nota 5)	11.866	12.827
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	1.639	4.502
Total	**13.505**	**17.329**

5. Disponibilidades

	2012	2011
Caixa	3.097	3.334
Depósitos em moeda nacional	2.712	4.570
Disponibilidades em moedas estrangeiras	6.057	4.923
Total	**11.866**	**12.827**

6. Aplicação interfinanceira de liquidez

	2012	2011
Posição bancada:		
Vencimento até 30 dias		
Letras do tesouro nacional - LTN	-	4.502
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.639	-
Total	**1.639**	**4.502**

7. Títulos e valores mobiliários: Em 30 de junho de 2011, as operações com títulos e valores mobiliários estão compostas como demonstrado a seguir:

	2011 Custo	2011 Mercado
Títulos para negociação - Vencimento de 1 a 3 anos		
Carteira própria - Livres		
Certificados de depósitos bancários - CDBs	640	640
Total	**640**	**640**

8. Outros créditos - Diversos

	2012	2011
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	550	400
Impostos a compensar	1.643	1.621
Devedores diversos - país (i)	2.116	482
Valores a receber sociedade ligada (Nota 13a)	60	-
Outros	111	266
	4.480	**2.769**
Realizável a longo prazo		
Crédito tributário (Nota 12b)	5.455	3.737
Devedores de depósitos em garantia (Nota 16b)	12.500	8.484
Outros	-	18
	17.955	**12.239**
Total	**22.435**	**15.008**

(i) Representado por câmbio vendido a liquidar.

9. Investimentos

	2012
Investimento realizado na Action S/A DTVM (i)	3.678
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2012	4.842
Lucro líquido no semestre	2.154
Percentual de participação	100%
Valor do investimento baseado na equivalência	4.842

(i) Em 27 de julho de 2011 a Cotação DTVM S/A adquiriu o controle total da Action S/A DTVM.

10. Imobilizado de uso

	% Taxa de depreciação anual	2012	2011
Edificações	4%	22	22
Instalações	10%	6.577	5.014
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.920	1.660
Sistema de comunicação	10%	837	412
Sistema de processamento de dados	20%	2.273	1.725
Sistema de segurança	10%	1.306	1.054
Sistema de transporte	20%	272	386
(=) Subtotal - Custo		**13.207**	**10.273**
(-) Depreciações acumuladas		(5.451)	(4.828)
Total imobilizado		**7.756**	**5.445**

11. Outras obrigações: a) Carteira de câmbio: O saldo de R$5.265 (R$4.548 em 2011) é proveniente das operações de câmbio sobre "*travellers cheque*" e "*visa travel money*" a liquidar.
b) Fiscais e previdenciárias

	2012	2011
Circulante		
Provisão para impostos sobre o lucro	2.454	7.277
Impostos e contribuições sobre salários	1.532	1.138
Outras	78	128
	4.064	**8.543**
Exigível a longo prazo		
Provisão para riscos fiscais (Nota 16b)	13.639	9.344
	13.639	**9.344**
Total	**17.703**	**17.887**

c) Diversas

	2012	2011
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	3.784	2.340
Valores a pagar - Sociedades ligadas (Nota 13a)	316	162
Credores diversos - País (i)	2.228	930
	6.328	**3.432**
Exigível a longo prazo		
Passivo trabalhista (Nota 16b)	40	-
	40	**-**
Total	**6.368**	**3.432**

(i) Operações de câmbio pendentes de liquidação.

12. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2012 e 2011

	2012 IRPJ	2012 CSLL	2011 IRPJ	2011 CSLL
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e de participações no lucro	**6.178**	**6.178**	**8.870**	**8.870**
Adições:	**2.284**	**2.284**	**9.432**	**9.432**
Provisão para riscos fiscais	2.151	2.151	9.344	9.344
Contingências trabalhistas	40	40	-	-
Outras	93	93	88	88
Exclusões:	**2.204**	**2.204**	**33**	**33**
Resultado de equivalência patrimonial	2.154	2.154	-	-
Participações estatutárias no lucro	50	50	33	33
Base do imposto de renda e da contribuição social	**6.258**	**6.258**	**18.269**	**18.269**
Imposto de renda e contribuição social	**(1.553)**	**(939)**	**(4.555)**	**(2.740)**
Dedução de incentivos fiscais	**38**	**-**	**18**	**-**
Imposto de renda e contribuição social - Valores correntes	**(1.515)**	**(939)**	**(4.537)**	**(2.740)**
Impostos diferidos	**538**	**323**	**2.100**	**1.637**
Total do imposto de renda e da contribuição social	**(977)**	**(616)**	**(2.437)**	**(1.103)**

b) Créditos tributários: Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos sobre as diferenças temporariamente indedutíveis. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento, reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliado periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

	Saldo 31/12/2011	Constituições	Realizações	Saldo 30/06/2012
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos fiscais	4.595	861	-	5.456
Total	**4.595**	**861**	**-**	**5.456**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos sobre diferenças temporárias. A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até cinco anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

13. Transações com partes relacionadas: a) Saldo das transações

	2012	2011
Banco Rendimento S.A.		
Ativo		
Bancos privados conta depósitos	2.138	3.482
Disponibilidade em moeda estrangeira	699	578
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.639	4.502
Valores a receber de sociedades ligadas	12	12
Passivo		
Valores a pagar a sociedades ligadas	16	16
Resultado		
Rendas com aplicações interfinanceiras de liquidez	130	234
Rendas de prestação de serviços	12	15
Despesa de câmbio	(1.399)	-
Despesa de serviços de terceiros	(25)	-
Action S.A. DTVM		
Ativo		
Valores a receber de sociedades ligadas	35	29
Passivo		
Valores a pagar a sociedades ligadas	1	147
Cotação Câmbio e Turismo Ltda.		
Ativo		
Valores a receber de sociedades ligadas	13	20
Passivo		
Valores a pagar a sociedades ligadas	90	-
Agillitas Serviços de Pagamentos S.A.		
Passivo		
Valores a pagar a sociedades ligadas	209	-

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os prazos e condições usuais de mercado. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social da Distribuidora. A Distribuidora incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

Remuneração fixa	730
Encargos sociais	(161)
Total	**569**

A Distribuidora não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.
14. Patrimônio líquido : a) Capital social: O capital social está representado por 1.169.920 ações, divididas em 584.960 ordinárias e 584.960 preferenciais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. **b) Distribuição de dividendos**: O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 6% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da diretoria à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Em 30 de abril de 2012, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, o pagamento de dividendos, no montante de R$500. **c) Lucros acumulados**: No primeiro semestre de 2012, a Distribuidora apurou um lucro contábil de R$4.535. Adicionalmente, não existem lucros acumulados que devessem ser destinados, com base no estabelecido pela Resolução nº 3.605/08. **d) Reserva legal**: A Distribuidora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.

15. Outras despesas administrativas

	2012	2011
Aluguéis	3.633	2.141
Comunicações	1.077	794
Processamento de dados	225	126
Propaganda e publicidade	463	278
Serviços do sistema financeiro	3.295	895
Serviços de terceiros	4.357	2.783
Serviços de vigilância e segurança	906	704
Transportes	702	334
Viagens	173	123
Serviços técnicos especializados	259	85
Água, energia e gás	121	88
Conservação e manutenção	496	329
Promoções e relações públicas	310	204
Seguros	217	187
Condomínio	779	479
Outros	1.757	1.105
Total	**18.770**	**10.655**

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: a) Ativos contingentes: Em 30 de junho de 2012 e 2011, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**: (i) Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos. (ii) Provisões fiscais e previdenciárias - As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pelo seguinte processo: Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R$ 13.639 e está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "outras obrigações fiscais e previdenciárias".
As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas no semestre, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências

	Trabalhistas	Fiscais	2012 Total	2011 Total
Saldo no início do semestre	**-**	**11.488**	**11.488**	**6.752**
Constituições	40	2.151	2.191	2.592
Saldo no final do semestre	**40**	**13.639**	**13.679**	**9.344**

Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2012 Total	2011 Total
Saldo no início do semestre	**1**	**22**	**10.468**	**10.491**	**6.871**
Constituições	-	-	2.009	2.009	1.613
Saldo no final do semestre	**1**	**22**	**12.477**	**12.500**	**8.484**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 30 de junho de 2012, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 18 processos de natureza trabalhista que somam, com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes R$ 478.
17. Limites operacionais: O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 3.490 de 29 de agosto de 2007 instituiu nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido PRE, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O índice da Basiléia, para a data-base de 30 de junho de 2012 é de 14,74% para o Conglomerado (2011 - 14,23%).
18. Eventos subsequentes: Em 02 de julho de 2012, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, o pagamento de juros sobre o capital próprio, no montante de R$500 (R$425 líquido de imposto de renda), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP), nos termos do art. 9º da Lei nº 9.249/95.

A DIRETORIA

ANTONIO CARLOS S. SANTOS - CRC BA 11.012/O-8

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores da
Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Examinamos as demonstrações financeiras da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras
A Administração da Distribuidora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Responsabilidade dos Auditores Independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Distribuidora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

São Paulo, 30 de Agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4
Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6